

Instituto CPFL

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Administradores do
Instituto CPFL**
Campinas – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto CPFL (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CPFL em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Entidade em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a

Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 20 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP252906/O-0

Instituto CPFL
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018 (não auditado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	817.008	1.018.378
Gratuidades recebidas (Projeto Audiovisual)	11	277.767	1.105.731
Outros tributos a compensar		13.122	7.728
Outros créditos	5	184.843	24.455
Total do circulante		1.292.740	2.156.291
Não circulante			
Imobilizado	6	20.641	27.170
Intangível	7	18.815	29.119
Total do não circulante		39.456	56.289
Total do ativo		1.332.196	2.212.579
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL			
	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018 (não auditado)
Circulante			
Gratuidades recebidas (Projeto Audiovisual)	11	277.767	1.105.731
Obrigações estimadas com pessoal	10	247.798	214.151
Fornecedores	8	103.502	152.754
Obrigações tributárias	9	44.897	44.312
Total do circulante		673.964	1.516.947
Não circulante			
Entidade de previdência privada		182	121
Total do não circulante		182	121
Patrimônio Líquido			
Superávits acumulados	12	658.051	695.511
Total do Patrimônio Líquido		658.051	695.511
		1.332.196	2.212.579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto CPFL
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em Reais)

	Nota explicativa	2019	2018 (não auditado)
Receitas			
Doações e contribuições	13	3.711.704	4.063.071
Gratuidades recebidas (Projeto Audiovisual)	11	881.335	563.426
Trabalho Voluntário	14	283.684	247.974
Outras Gratuidades	14	105.000	94.500
		4.981.722	4.968.971
Custo de Despesas Operacionais Com Programas (Atividades)			
Gratuidades concedidas (Projeto Audiovisual)	11	(881.273)	(562.926)
Trabalho Voluntário	14	(283.684)	(247.974)
Outras Gratuidades	14	(105.000)	(94.500)
Despesas Gerais Operacionais Administrativas			
	15		
Salários		(2.288.204)	(1.766.696)
Encargos Sociais		(391.361)	(394.823)
Serviços Gerais		(1.011.484)	(1.362.996)
Depreciação e Amortização		(16.832)	(16.749)
Impostos e Taxas		(423)	(365)
Outras Despesas Operacionais		(66.438)	(112.152)
		(3.774.742)	(3.653.781)
Resultado financeiro			
Receitas financeira	16	29.114	25.021
Despesas financeira	16	(3.536)	(1.095)
Gratuidades recebidas (Projeto Audiovisual)	11	(62)	(500)
		25.516	23.426
(Déficit) Superávit do exercício		(37.460)	433.215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto CPFL
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em Reais)

	2019	2018 (não auditado)
(Déficit) Superávit do exercício	(37.460)	433.215
Resultado abrangente do exercício	(37.460)	433.215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto CPFL
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em Reais)

	Superávit acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	262.296	262.296
Superávit do exercício	433.215	433.215
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	695.511	695.511
Déficit do exercício	(37.460)	(37.460)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	658.051	658.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto CPFL
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e de 2018
 (Em Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u> <u>(não auditado)</u>
(Déficit) Superávit antes dos tributos	(37.460)	433.215
Ajustes para conciliar o superávit ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	16.832	16.749
Outras despesas com pessoal	26.975	(13.468)
	<u>6.347</u>	<u>436.496</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Recursos/ Doações a receber	(119.614)	-
Tributos a compensar	(5.394)	(3.343)
Outros ativos operacionais	(40.774)	16.688
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(50.608)	(163.798)
Outros tributárias	585	(10.627)
Previdência privada	1.355	(11.416)
Outros passivos operacionais	6.734	(907)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais	<u>(201.369)</u>	<u>263.092</u>
Atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	-	(134)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(134)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(201.369)	262.959
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.018.378</u>	<u>755.419</u>
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>817.008</u></u>	<u><u>1.018.378</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO CPFL
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (“não auditado”)

(Valores expressos em Reais – “R\$”, exceto quando especificadamente indicado)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto CPFL. (“Instituto” ou “Entidade”), fundada em 22 de dezembro de 2004, é uma associação de fins não econômicos, sem fins lucrativos, constituída com o objetivo social a promoção da cultura, da educação, da saúde e do esporte nas comunidades em que atua.

As pessoas jurídicas associadas ao Instituto CPFL em 2019 são:

- Companhia Paulista de Força e Luz
- Companhia Piratininga de Força e Luz
- RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.
- Companhia Jaguari de Energia.
- CPFL Comercialização Brasil S.A.
- CPFL Geração de Energia S.A.
- CPFL Energia S.A. (*)
- CPFL Serviços, Equipamentos Indústria e Comércio S.A. (*)

(*) Empresas associadas que não contribuíram em 2019 e 2018.

As atividades do Instituto são financiadas através das contribuições feitas pelas pessoas jurídicas associadas. O Instituto também possui parceria com entidades governamentais para desenvolvimento de projetos culturais, esportivos e sociais. Nesses casos, os recursos são liberados pelos órgãos governamentais e o Instituto é responsável pela sua aplicação que, ao final de cada projeto, é realizada a prestação de contas dos gastos incorridos.

Para administração de suas atividades, o Instituto CPFL possui a seguinte estrutura:

- a. Assembleia Geral, órgão soberano de vontade social, constituído por todas as associadas quites com seus deveres sociais;
- b. Conselho de Administração, composto por até 7 (sete) membros, entre os quais seu Presidente e Vice-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral para cumprir mandatos de dois anos, podendo ser reeleitos
- c. Diretor Superintendente, eleito pelo Conselho de Administração, que exercerá as atribuições estatutárias estabelecidas pelo Conselho de Administração
- d. Conselho Fiscal, composto de três membros para cumprir mandato de dois anos, podendo ser reeleitos.

A sede do Instituto está localizada na Rua Jorge Figueiredo Correa, nº 1.632 – Chácara Primavera – Campinas – SP – Brasil.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Pequenas e Médias Empresas, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros" ("ITG 2002"), combinada com a NBC TG 1000 ("CPC PME") - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente das quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 20 de agosto de 2020. Após a sua emissão, somente os Conselhos de Administração e Fiscal têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Entidade estão apresentadas nas notas explicativas 3.1 a 3.7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à Pequenas e Médias Empresas exige que o Conselho de Administração do Instituto faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, o Conselho de Administração do Instituto revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Instituto é o Real. Todos os saldos foram arredondados, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Mudança nas principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (CPC PME).

A partir de 1º de janeiro de 2018 uma série de novas normas contábeis entraram em vigor, tais como o CPC 47 - Receitas e o CPC 48 - Instrumentos financeiros, as quais, entretanto, não surtiram efeitos sobre a Seção 23 - Receitas e Seções 11 e 12 - Instrumentos financeiros da NBC TG 1000 que permaneceram inalteradas.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Receitas e despesas

As receitas das contribuições são registradas por ocasião do efetivo recebimento dos recursos. As receitas são provenientes da contribuição de empresas do Grupo CPFL que são associadas ao Instituto CPFL. As despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência.

3.2 Instrumentos financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os instrumentos financeiros do Instituto estão representados por caixa e equivalente de caixa e fornecedores de serviços. Estes instrumentos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

3.3 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para o Instituto e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anual média de 16,67%, levando em consideração a vida útil estimada dos Equipamentos de Informática e Software.

3.4 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como software.

3.5 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.6 Apuração do déficit ou superávit

O superávit (déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. O superávit do exercício será incorporado ao patrimônio social em conformidade com as exigências legais e estatutárias, uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1).

3.7 Receitas e despesas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários dos membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em valores salariais proporcionais as horas dedicadas ao trabalho voluntário.

(4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (não auditado)
Saldos bancários	70.001	201.219
Aplicações financeiras (a)	747.008	817.159
	<u>817.008</u>	<u>1.018.378</u>

- a) Corresponde a operações de curto prazo em CDBs e Operações Compromissadas com lastro de terceiros (Debêntures) realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente média de 100,1% do CDI para CDB e 80% para Operações Compromissadas (100% do CDI em 2018).

(5) OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (não auditado)
Adiantamentos - Fundação CESP	30.520	-
Adiantamentos a funcionários	34.708	24.455
Recursos de Doações a receber	119.614	-
Total	<u>184.843</u>	<u>24.455</u>

Os valores de Recursos e doações a receber referem-se às contribuições anuais devidas pelas entidades associadas relativas ao mês de dezembro de 2019 que não haviam sido liquidadas.

(6) IMOBILIZADO

	<u>Máquinas e</u> <u>equipamentos</u>	<u>Em curso</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2017 (não auditado)	<u>30.617</u>	<u>2.864</u>	<u>33.481</u>
Custo histórico	36.173	2.864	39.037
Depreciação acumulada	(5.556)	-	(5.556)
Adições	134	-	134
Transferências	2.864	(2.864)	-
Depreciação	(6.445)	-	(6.445)
Saldo em 31/12/2018 (não auditado)	<u>27.170</u>	<u>-</u>	<u>27.170</u>
Custo histórico	39.171	-	39.171
Depreciação acumulada	(12.001)	-	(12.001)
Depreciação	(6.529)	-	(6.529)
Saldo em 31/12/2019	<u>20.641</u>	<u>-</u>	<u>20.641</u>
Custo histórico	39.171	-	39.171
Depreciação acumulada	(18.530)	-	(18.530)
Taxa média de depreciação 2019	16,67%		

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (não auditado), a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

Vida útil

Ao final do exercício de 2019 e 2018 (não auditado), a Entidade revisou a estimativa da vida útil e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

(7) INTANGÍVEL

	<u>Softwares</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2017 (não auditado)	39.423	39.423
Custo histórico	51.519	51.519
Amortização acumulada	(12.096)	(12.096)
Amortização	(10.304)	(10.304)
Saldo em 31/12/2018 (não auditado)	29.119	29.119
Custo histórico	51.519	51.519
Amortização acumulada	(22.400)	(22.400)
Amortização	(10.304)	(10.304)
Saldo em 31/12/2019	18.815	18.815
Custo histórico	51.519	51.519
Amortização acumulada	(32.703)	(32.703)

(8) FORNECEDORES

O Instituto apresenta saldo de R\$ 103.502 (R\$ 152.754 em 2018 (não auditado)) principalmente referente a gestão de projetos sociais.

(9) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018 (não auditado)</u>
INSS a recolher	29.459	26.270
FGTS a recolher	11.727	11.198
Retenções	1.571	4.719
Programa de integração social - PIS	1.993	1.939
COFINS sobre receitas financeiras	127	160
PIS sobre receitas financeiras	21	26
Total	44.897	44.312

(10) OBRIGAÇÕES ESTIMADAS COM PESSOAL

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018 (não auditado)</u>
Provisão de Férias e Encargos	179.539	152.625
Imposto de renda retido na fonte	33.506	33.242
Contribuição INSS	7.217	6.161
Previdência Privada	22.402	21.925
Emprestimo Consignado	4.921	-
Seguro de vida	213	197
Total	247.798	214.151

(11) GRATUIDADES RECEBIDAS – PROJETO AUDIOVISUAL

O Instituto reconhece um ativo e um passivo, no mesmo valor, no momento do recebimento do recurso para projeto, cujos montantes são realizados pelo princípio contábil da competência.

Projeto Audiovisual	2019	2018 (não auditado)
Recurso Projeto Audiovisual I	-	193.295
Recurso Projeto Audiovisual II	1.113.983	1.486.000
Atualização Financeira	18.855	11.347
Despesas Financeiras	(62)	(12)
Valores utilizados Proj. Aud. I	-	(191.306)
Valores utilizados Proj. Aud. II	(855.009)	(393.595)
Saldo ativo/passivo	277.767	1.105.731
Adiantamento a Fornecedores	-	26.265
Impostos retidos a recolher	(4.489)	(4.489)
Valor disponível	273.278	1.127.507

Gratuidades recebidas	2019	2018 (não auditado)
Valores utilizados Proj. Aud. I	-	(191.306)
Valores utilizados Proj. Aud. II	(855.009)	(393.595)
Despesas Financeiras	(62)	(12)
Adiantamento a Fornecedores	(26.265)	26.265
Impostos retidos a recolher 2017	-	(289)
Impostos retidos a recolher 2018	-	(4.489)
	(881.335)	(563.426)

Projeto Audiovisual II:

O Projeto Programação Audiovisual tem como objetivos preservar, produzir e difundir um grande e diversificado catálogo de vídeos culturais que abordem a pluralidade da cultura contemporânea.

Objetivos e resultados específicos:

- Preservação de acervo audiovisual
- Difusão de acervo e criação de novos produtos/conteúdos audiovisuais
- Distribuição de conteúdo audiovisual
- Aplicativo Instituto CPFL Play

(12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido do Instituto é constituído pelo superávit acumulado de R\$ 658.051 composto por déficit do exercício de R\$ 37.460 de 2019 e superávit de R\$ 695.511 de exercícios anteriores.

O Estatuto Social do Instituto CPFL prevê que em caso de dissolução da Entidade, os bens e haveres remanescentes depois de liquidado o passivo serão revertidos para uma instituição congênere ou, na sua falta, entidade pública conforme for fixado pela Assembleia Geral. Caso o Instituto, por ocasião da sua dissolução, esteja qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) nos termos da Lei Federal 9.790/99, o respectivo patrimônio líquido será transferido à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

(13) RECEITAS

A receita do Instituto é proveniente das doações realizadas por empresas do Grupo CPFL Energia.

	2019	2018 (não auditado)
CPFL Comercialização Brasil S.A.	377.986	415.488
Companhia Paulista de Força e Luz	1.216.942	1.325.964
Companhia Piratininga de Força e Luz	530.462	583.093
Companhia Jaguari de Energia	218.426	240.098
Rio Grande Energia S.A.	-	548.793
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	867.361	400.000
CPFL Geração Energia S.A.	500.026	549.636
Outras Doações	500	-
Total Geral	3.711.704	4.063.071

(14) TRABALHOS VOLUNTÁRIOS E OUTRAS GRATUIDADES

	2019	2018 (não auditado)
Contábil e Fiscal	111.431	84.577
Recursos Humanos	66.251	51.680
Tesouraria	65.185	57.203
Suprimentos & Infraestrutura	27.856	36.046
Juridico	8.640	12.312
Controladoria	4.320	6.156
Conselho Fiscal	105.000	94.500
Total	388.684	342.474

O Critério para estimativa dos trabalhos voluntários e outras gratuidades são mensuradas por meio de horas utilizadas (área/ processos) ou requeridas pelo Instituto, multiplicado pelo preço médio praticado no grupo se fosse cobrado.

(15) DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018 (não auditado)
Salários	2.288.204	1.766.696
Encargos	391.361	394.823
Impostos e Taxas	423	365
Serviços Gerais	607.614	616.956
Publicidade e Propaganda	403.870	746.041
Depreciação e Amortização	16.832	16.749
Outras Despesas Operacionais	66.438	112.152
	3.774.742	3.653.781

(16) RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018 (não auditado)
Receitas		
Renda de aplicações financeiras	30.190	25.647
PIS e COFINS sobre outras receitas financeira	(1.420)	(1.220)
Outras receitas financeiras	344	595
Total	29.114	25.021
Despesas		
Multa e juros	(210)	(192)
Imposto sobre operações financeiras	(3.326)	(903)
Total	(3.536)	(1.095)
Resultado financeiro	25.578	23.926

(17) Seguros

A Entidade mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2019</u>
Responsabilidade civil dos administradores e outros	203.000.000
Pessoas	2.997.712
	<u>205.997.712</u>

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas da CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(18) Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros, conseqüentemente, não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Entidade opera com instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa e fornecedores.

Caixa e equivalentes de caixa e fornecedores

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, para os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e recebíveis”, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa e para o grupo de “Passivo financeiro ao custo amortizado” que abrange principalmente fornecedores, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 11.39 do CPC PME para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

Gestão de riscos financeiros

A Entidade segue o gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira de gestão de fluxo de caixa.

(19) Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (não auditado):

- IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica);
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido);
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza); e,
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.

A Entidade não tem a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

O Instituto será isento de pagamento de tributos, exceto quanto às retenções de Imposto Sobre Serviços (ISS), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre serviços contratados, para auxílio de sua operação, de acordo com o previsto no parágrafo 2º do artigo 12 da Lei nº 9.537/97 e do artigo 10º da Lei 9.718/98.

(20) Eventos Subsequentes

Coronavírus (COVID-19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras.

A Entidade analisou os impactos da COVID-19 em seus negócios em observância às normas contábeis aplicáveis, e para o exercício de 2019, concluiu que se refere a um evento subsequente que não origina ajustes.

Em virtude da pandemia as empresas associadas fizeram uma contribuição adicional e não recorrente de R\$ 6.000.000, que provocou impacto positivo na frente de trabalho “CPFL nos Hospitais”.

Contribuição para combate à COVID-19

O Grupo CPFL por meio do Instituto CPFL doou R\$ 6.000.000 as instituições que participam do “Programa CPFL nos Hospitais – Especial COVID-19” sendo que R\$ 1.000.000 foi direcionado ao Programa “Salvando Vidas”, do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), para apoiar as ações no enfrentamento da pandemia e, R\$ 5.000.000 foram doados na forma de insumos a 20 hospitais. Ao todo foram doados 43.875 kits de testes rápidos, 112.121 litros de álcool em gel e 250.000 máscaras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GUSTAVO ESTRELLA
Presidente

GUSTAVO GACHINEIRO
Vice-Presidente

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Conselheiro

EDUARDO SARON NUNES
Conselheiro

SHIRONG LYU
Conselheiro

CONTABILIDADE

LEANDRO FERNANDES PINTO

Contador
CRC SC-033378/O-1